

## GUIANA E SURINAME: UMA OUTRA AMÉRICA DO SUL

Ao Emb. K. Nandoe,  
um cosmopolita do Sul.

Paulo Fagundes Visentini\*

A Guiana e o Suriname são os dois Estados mais novos e menos povoados da América do Sul e estão entre os de menor dimensão territorial. Além disso, ambos se caracterizam por uma composição etno-cultural extremamente complexa e diversa, por idiomas distintos dos demais países sul-americanos e por uma inserção voltada para o Caribe e, ainda, em certa medida, para as ex-metrópoles. Trata-se de países ainda fragilmente conectados com aos seus vizinhos terrestres e, apesar de possuírem grandes possibilidades produtivas (especialmente nos setores mineral e energético), a economia ainda é rudimentar e carente de infra-estrutura de transportes e energia.

Tudo isso permite caracterizá-los como “uma outra América do Sul”, distinta da platina e da andina. Nesse contexto, representam, portanto, um desafio à política externa brasileira e uma espécie de “nova fronteira” do processo de integração sul-americano. Além disso, o curto período de vida independente (a Guiana quatro décadas e o Suriname três) foi caracterizado por forte instabilidade política. Regimes autoritários e experiências com modelos alternativos, em meio ao declínio econômico, se alternaram com frágeis democracias parlamentares, marcadas por um baixo índice de governabilidade, pela fragmentação partidária e, muitas vezes, pela semi-paralisa administrativa por parte do Estado. No plano externo também há graves problemas, pois ambos países possuem os mais graves e extensos litígios fronteiriços da América do Sul: Guiana-Venezuela, Guiana-Suriname e Suriname-Guiana francesa. Além disso, a diplomacia conheceu, logo após a independência, uma linha errática e marcada por rupturas.

O baixo nível de vida (a Guiana tem a menor renda *per capita* sul-americana), as deficiências estruturais e o elevado índice de desemprego, todavia, podem ser indicadores enganosos, na medida em que o petróleo começa a ser explorado (especialmente no Suriname) e outros minerais, como ferro e ouro, também, além dos projetos hidroelétricos. Mas para a potencialidade econômica transformar-se em realidade, é necessário maior apoio externo. E, nesse sentido, ambos países começam dar-se conta de que a cooperação com o Caribe, os Estados Unidos e a Europa tem de ser acompanhada por uma integração com os vizinhos terrestres. Assim, quanto mais o desenvolvimento for interiorizado, maior relevância ganharão as relações trans-fronteiriças e a integração regional, inclusive com a necessidade de enfrentar as ameaças transnacionais que acompanham o processo.

### 1. A colonização e a formação sócio-cultural

Juntamente com a Guiana francesa, que é parte integrante da França e da União Européia, a Guiana (ex-inglesa) e o Suriname (ex-Guiana holandesa) formam uma região geopolítica própria, *as Guianas*, voltadas para o Caribe e, apesar de cobertas pela floresta amazônica, se encontram separadas da Bacia amazônica pelo planalto das Guianas, cujos picos mais elevados chegam a atingir três mil metros de altitude. A Guiana possui uma

---

\* Paulo G. Fagundes Visentini. Professor Titular de Relações Internacionais da UFRGS, Pós-Doutorado pela London School of Economics. ([paulovi@ufrgs.br](mailto:paulovi@ufrgs.br))

superfície de 215 mil km<sup>2</sup> e uma população de 800 mil habitantes, enquanto o Suriname abrange, respectivamente, 163 mil km<sup>2</sup> e 450 mil habitantes. Mais de 90% da população se concentra na faixa litorânea, tendo o interior uma população extremamente rarefeita. A Guiana Francesa possui uma superfície de 91 mil km<sup>2</sup> e uma população de 170 mil habitantes.

Essa situação é explicada facilmente pela estrutura da colonização inglesa e holandesa. Os navegadores espanhóis e portugueses, que exploraram as costas, não se interessaram em colonizá-las, o que foi feito pelos holandeses, que estabeleceram assentamentos agrícolas na desembocadura dos rios dos dois países, sendo o primeiro deles no Essequibo, em 1616. As colônias, voltadas aos cultivos tropicais (especialmente o açúcar) e à exploração da madeira e outros recursos naturais, tardaram a prosperar, devido às epidemias e aos ataques dos índios Caribes e Arawaks, os habitantes autóctones. Em 1796, durante a Revolução Francesa, os ingleses ocuparam as colônias ocidentais, situação que foi reconhecida pela Holanda em 1814, a qual manteve apenas o litoral do atual Suriname, enquanto Portugal ocupou temporariamente a Guiana Francesa durante as guerras napoleônicas.

A carência de mão de obra para as *plantations* levou os colonizadores a introduzir escravos africanos, muitos dos quais se revoltaram (desde a rebelião liderada por Cuffi), fugindo para a floresta, onde os *Maroons* (como ficaram conhecidos) criaram sociedades baseadas nas estruturas sócio-políticas da África ocidental. Com a abolição do tráfico, os ingleses trouxeram trabalhadores chineses e indianos a partir da década de 1830, na condição de *Indenture Servants*, o que também foi feito pelos holandeses a partir da década de 1870 com indianos e indonésios, especialmente javaneses.

Assim, foram sendo formadas sociedades multiétnicas e multiculturais, com uma ampla variedade racial, lingüística e religiosa. Ameríndios de vários grupos (especialmente no interior), afro-descendentes assimilados nas plantações e cidades, “negros da floresta”, indianos de várias origens (de religião hindu e muçulmana), indonésios javaneses (muçulmanos), chineses, ingleses e holandeses, além de mestiços, constituem as principais comunidades. As elites são relativamente permeáveis aos casamentos mistos, mas em geral cada grupo mantém forte identidade, havendo pouca mestiçagem. Posteriormente, a constituição dos movimentos e partidos políticos foi fortemente assentada em linhas étnicas.

Atualmente a Guiana possui uma população de 800 mil habitantes (já foi de mais de um milhão em 1980), com uma expectativa de vida de 62 anos, um crescimento anual de 1,6% e uma densidade de 3,3 habitantes por km<sup>2</sup>. Em termos religiosos os cristãos representam 50% da população (33% protestantes e 17% católicos), os hinduístas 34% e os muçulmanos 9%. Etnicamente, os hindus constituem 50% da população, os afro-descendentes 33% e os 17% restantes são ameríndios, mestiços, chineses e europeus. Apenas 32% da população é urbana e Georgetown, a capital, conta com 234 mil habitantes. O PIB é 1,1 bilhões de dólares, com uma renda *per capita* de apenas 1.375 dólares. Os idiomas são o inglês, o hindi e o urdu, com um analfabetismo de 3%.

Já o Suriname conta, hoje, com uma população de 493 mil habitantes (há quase 10% de brasileiros, a maioria clandestinos), com uma expectativa de vida de 71 anos, um crescimento anual de 1,3% e uma densidade de 2,6 habitantes por km<sup>2</sup>. Quanto à religião os cristãos representam 44% da população (23% protestantes e 21% católicos), os hinduístas 26%, os muçulmanos 19% e os cultos tradicionais ameríndios 5%. Etnicamente, os indo-paquistaneses constituem 37% da população, os mestiços 30%, os indonésios (javaneses) 16%, os afro-descendentes 10%, os ameríndios 3%, os chineses 2% e os europeus 1%. Metade da população é urbana e Paramaribo, a capital, conta com 243 mil habitantes. O PIB é 1,5 bilhões de dólares, com uma renda *per capita* de apenas 3.102 dólares. Os idiomas são o holandês (oficial), o hindi, o javanês, o crioulo, o francês e o inglês, com uma taxa de analfabetismo de 8%.

No final do século XIX, à medida em que os custos da mão de obra aumentavam e as metrópoles criavam imensos impérios coloniais na África, Ásia e Oceania, as *plantations* tradicionais declinavam. O açúcar, o café e o cacau cederam parte de seu lugar às exportações de arroz, bananas e cítricos, mas a grande novidade foi o início da exploração da bauxita para a fabricação de alumínio durante a Primeira Guerra Mundial, nos dois países. Durante a Segunda Guerra Mundial, para exemplificar a importância do novo ciclo econômico, 75% das importações norte-americanas de bauxita eram provenientes do Suriname. Em ambos países a exploração era feita por empresas transnacionais, como a ALCOA, empresa dos Estados Unidos.

## 2. O nacionalismo e a independência tardia

O processo de descolonização foi mais precoce nos países asiáticos e africanos, dado que a existência de uma população autóctone, com tradições históricas e culturais que antecederam o colonialismo, era uma condição importante para a articulação de forças políticas independentistas e de uma consciência nacional. Já o caso das Guianas era mais complexo, pois a maioria esmagadora da população era imigrante, justamente do período colonial. Além disso, o caráter multiétnico e multicultural da sociedade representava um obstáculo adicional, pois a relação de cada grupo com o colonizador era diferenciada. Assim, nas Guianas e no Caribe o processo de descolonização foi, comparativamente, tardio.

Na Guiana, o movimento pela independência ganhou impulso após a Segunda Guerra Mundial, através do Partido Popular Progressista (PPP), organização multi-étnica que defendia uma plataforma de independência nacional e reformas sociais de matizes socialistas, fundado em 1950. O líder do PPP, Cheddi Jagan, foi eleito para o cargo de primeiro ministro em 1953, 1957 e 1961, nos marcos de um regime de autonomia concedido pela Inglaterra em 1953. Temendo a agitação popular, os comunistas e a radicalização esquerdista do PPP, os ingleses suspendem a Constituição em 1957. Frente à pressão popular, em 1961 é concedida autonomia total e com a maioria do PPP na Assembléia, uma nova Constituição é promulgada e Jagan reeleito.

Paralelamente, ocorre em 1955 uma cisão no PPP, com a criação do Congresso Nacional do Povo (PNC), liderado por Forbes Burnham, com base étnica nos afro-descendentes. Os indianos continuam vinculados ao PPP de Cheddi Jagan. Todavia, as razões da divisão não foram exclusivamente comunitárias, pois as empresas estrangeiras, especialmente norte-americanas, temiam o movimento de Jagan e contribuíram para a ascensão de uma liderança rival. Entre 1962 e 1964 crescem os confrontos entre os partidários do PPP e do PNC e em 1964 Burnham se torna primeiro ministro, com apoio de outras minorias, nucleadas na Força Unida. Seguem-se violentos conflitos comunitários, que levam os britânicos a intervir e, na seqüência, a conceder a independência completa à Guiana em 25 de maio de 1966, dentro da Comunidade Britânica de Nações (*Commonwealth*). Em 1968 Burnham é reeleito e, em 1970, para surpresa de muito, transforma a Guiana na primeira “República Cooperativa” do mundo.

O vizinho Suriname, então Guiana Holandesa, tem, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, um movimento nacionalista ativo pois, da mesma forma que a Inglaterra, a Holanda saíra do conflito bastante enfraquecida. O National Party KOMBINATION (NPK), de base predominantemente crioula, era uma frente de quatro partidos de esquerda que defendia uma plataforma independentista desde 1945. O rival Vatan Hifkanie, partido liderado por Jaggernauth Lachmon e dominado por comerciantes e empresários indianos, desejava, por outro lado, adiar a independência. Em 1954, no contexto das negociações com a Indonésia, é concedida autonomia dentro do Reino Tripartido da Holanda, com a concessão de cidadania holandesa a grande parte da população.

Em 1973 o independentista Partido Nacional do Suriname (NPS), de certa forma sucessor do NPK, de base crioula e liderado pelo liberal Hinck Arron, vence as eleições, tornando-se primeiro ministro. Com apoio de Lachmon, a independência foi proclamada em 25 de novembro de 1975, com consentimento holandês. Um terço da população, detentora de cidadania holandesa e que incluía a maioria da classe média, aproveitou a oportunidade para se transferir para a ex-metrópole. Isto causou uma aguda falta de quadros técnicos e administrativos no novo país, ocasionando a estagnação e retrocesso da produção, especialmente da agricultura. Apenas as empresas transnacionais Suralco e Billiton, que monopolizavam a exploração de Bauxita, seguiam funcionando regularmente e, assim, dominando a economia do país. Mesmo assim, em 1977 Arron foi reeleito.

O país foi estruturado como uma democracia parlamentar e sistema de partidos, constituído durante a fase de autonomia, foi consolidado, representando, sobretudo, os grupos étnicos: Partido Nacional do Suriname (NPS), de base crioula; Progressive Reform Party, apoiado pelo hindus; Indonesian Peasant's Party, de base javanesa; e o pequeno Partij Nationalistische Republiek (PNR), esquerdista e independentista. Tanto a Guiana como o Suriname ascenderam à independência durante um período caracterizado pela ascensão do terceiro-mundismo e do Movimento dos Países Não Alinhados, o que se refletiu na vida política de ambas nações.

### **3. A difícil consolidação do Estado-nação**

Como foi visto, pouco tempo após a independência, o governo Burnham realizou uma inflexão à esquerda. Em 1970 proclamou a República Cooperativa da Guiana, de tendência socializante, procedendo à nacionalização da economia e à adesão ao não-alinhamento. Em 1973 mobilizou as massas numa “Revolução Cultural”, introduzindo o Programa conhecido como *National Service*, com o objetivo de aumentar a auto-estima dos guianenses. Brigadas atuavam em tarefas destinadas a dotar a população de alimentação, vestuário e moradia, além de haver sido criada uma milícia popular para defender a Revolução. Em 1976, três quartos da economia estava controlada diretamente pelo Estado, e os elevados preços dos produtos de exportação do país no mercado internacional permitiram ao governo aumentar os gastos públicos, especialmente na área social. Entre 1970 e 1975 a economia cresceu num ritmo superior a 4% ao ano.

A orientação da política externa, que até então era direcionada ao mundo anglo-saxão, especialmente em direção ao Caribe anglófono, ganhou uma dimensão ideológica. Desde 1965 a Guiana integrava a CARIFTA (Caribbean Free Trade Association), que em 1973 se transformou em CARICOM, mas a orientação diplomática pró-norte-americana de Burnham, em 1970, enveredou para o não-alinhamento (a Cúpula de 1972 do MNA foi sediada em Georgetown), causas terceiro-mundistas e cooperação com os países socialistas, com reconhecimento diplomático e certa cooperação econômica com a URSS, o leste europeu e Cuba. Tratava-se, entre outras coisas, de uma forma de esvaziar a plataforma esquerdista do rival PPP, de forte ressonância popular. A América Latina, por sua vez, estava ausente da agenda de política externa de Georgetown. A diplomacia guianense se pautava por cinco princípios: 1) não-alinhamento; 2) apoio às causas progressistas mundiais; 3) unidade econômica do Caribe anglófono; 4) militância anti-*Apartheid*; e 5) integridade territorial face aos litígios fronteiriços com a Venezuela e o Suriname.

Em 1962 a Venezuela manifestou o desejo de rever o acordo de fronteira de 1899 sobre a região de Essequibo, que representava mais da metade do território da Guiana. A independência de um frágil país que se avizinhava, atiçou a ambição venezuelana, que não teria mais de tratar com a poderosa Inglaterra. Em 1967 vetou o ingresso do país na OEA e em janeiro de 1969 fomentou a rebelião de fazendeiros e indígenas no sul da região em litígio.

Os rebeldes assassinaram vários policiais e o governo revidou enviando o exército, que arrasou aldeias e fazendas, expulsando-os. A Venezuela viu-se isolada internacionalmente e, no ano seguinte, firmou o Protocolo de Port-of-Spain, que definia uma moratória de vinte anos para o litígio. A tensão retornou em 1981, quando o presidente Luis Herrera Campins recusou-se a renovar o Protocolo.

Contudo, a Guerra das Malvinas em 1982 e a invasão americana à ilha de Granada em 1983 (Burham era aliado de Maurice Bishop e seu Partido New Jewel) criaram novas condições para a cooperação entre os dois países. As relações com os Estados Unidos, por sua vez, eram difíceis, pois Washington acusava a Guiana de permitir a escala, no aeroporto de Timehri, dos aviões cubanos que levavam tropas para Angola. As relações bilaterais, depois de melhorarem durante o governo Carter, voltaram a piorar com a chegada de Reagan ao poder. Aliás, a presença de cubanos no país preocupava o regime militar brasileiro, que ofereceu ajuda em troca da expulsão destes. A Guiana foi signatária da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, estabelecida em 1978 (o país também integra o SELA). A construção da rodovia Manaus-Georgetown foi iniciada, sendo concluída e pavimentada vários anos mais tarde.

Em 1976 Cheddi Jagan e seu PPP voltaram a integrar o parlamento, abandonando a postura de boicote e propondo uma unidade nacional anti-imperialista. Mas com a proclamação da nova Constituição, voltaram a abandonar o parlamento. Paralelamente, o país viveu situações que complicaram a legitimidade internacional do regime. O pastor Jim Jones, líder da seita Templo do Povo de Cristo, transferiu mil integrantes desta religião de São Francisco para uma comunidade agrícola utópica (Jonestown), perto de Port Kaituma. O regime aprovava a experiência como um modelo de comunidade agrícola e a posse de armamento pela seita, cujos abusos levaram o congressista norte-americano Leo Ryan a investigá-la *in loco*. Ao se retirar, ele foi assassinado por seguidores de Jones, os quais, face à repercussão internacional, cometeram suicídio coletivo (Jones e mais 900 pessoas) em novembro de 1978.

Em 1980 Burnham foi reeleito por meios fraudulentos, enquanto a economia entrava em crise, devido ao declínio dos preços internacionais dos produtos de exportação do país, tais como a bauxita, o açúcar e o arroz. Além disso, Walter Rodney, um intelectual esquerdista de prestígio mundial, que havia fundado a opositora Aliança do Povo Trabalhador, morreu quando uma bomba explodiu seu automóvel, num episódio nunca esclarecido, mas que incriminava o regime. A crise da dívida, por sua vez, atingiu a Guiana em cheio, levando-a a suspender o pagamento do serviço em 1981. Crescia a economia informal e o país dependia cada vez mais da remessa de divisas pela diáspora. Neste contexto de crise, Burnham assinou um acordo com o FMI e permitiu às empresas transnacionais explorar as recém descobertas jazidas de petróleo e urânio, num quadro de uma inflexão em direção ao capitalismo liberal e de uma acentuada emigração, com acentuada perda de quadros qualificados (764 mil pessoas abandonaram a Guiana). O país carecia de infra-estruturas básicas e de geração de energia.

Mas Burnham morreu subitamente em 1985, sendo substituído por Desmond Hoyte. Nas eleições do mesmo ano, o PNC vence as eleições com 78% dos votos, em meio à denúncia de fraude. Cinco dos seis partidos opositores criam, então, a Coalizão Patriótica pela Democracia, que boicotou o parlamento. Hoyte, eleito presidente, anunciou em janeiro de 1987 o retorno ao Socialismo Cooperativo, como forma de esvaziar a plataforma oposicionista. Mas a crise econômica e os crescentes protestos levaram o governo a decretar Estado de Emergência em dezembro de 1991, por seis meses. Neste período, a população declinou de um milhão em 1989 para 800 mil em 1992, por efeito da emigração. Em outubro de 1992, Cheddi Jagan do PPP derrotou Hoyte do PNC, obtendo 54% dos votos, contra 41%. Em 1990 a Guiana já havia ingressado na OEA, com a Venezuela tendo levantado seu veto.

No Suriname, carente de quadros devido à emigração de aproximadamente um terço da população, a situação econômica foi precária na segunda metade dos anos 1970. A exploração de quase toda a bauxita por uma única companhia, a norte-americana ALCOA, gerava ressentimentos, pois ela era responsável por quase toda a exportação do país. Uma imensa hidrelétrica foi construída para gerar a energia necessária para transformar a bauxita em alumínio. Neste quadro, em 25 de fevereiro de 1980, um grupo de dezesseis sub-oficiais, liderados por Desiré Delano (Desi) Bouterse, acusando o governo de ineficiência desencadeou um Golpe de Estado (a “Revolução dos Sargentos”). Um ano depois o governo interino é derrubado, sob acusação de ser demasiadamente voltado para a Holanda e os Estados Unidos, com Bouterse se tornando presidente. Este personagem de comportamento errático, mas de tendência esquerdista, estabelece o Conselho Militar Nacional, convidando para integrá-lo elementos opositores ao governo anterior e esquerdistas.

Um ano depois, em janeiro de 1982, Bouterse nomeia um governo civil-militar, liderado pelo primeiro ministro nacionalista Errol Halibux, líder da União de Trabalhadores e Agricultores. Em dezembro de 1982, em meio a uma onda de protestos, as forças de segurança assassinam quinze membros da oposição, o que leva a Holanda a suspender toda ajuda ao país. O regime se volta, então, para Cuba, que envia assessores militares e civis, o que, da mesma forma que anteriormente na Guiana, preocupa o regime militar brasileiro. Para resolver a situação o General Danilo Venturini foi enviado pelo presidente Figueiredo para oferecer um pacote de ajuda ao país, em troca do cancelamento da cooperação com os cubanos, o que foi obtido.

A invasão norte-americana à Granada, por sua vez, torna a situação interna e externa muito tensa. Em 1984 eclode uma onda de greves, pois nos anos 1980 a economia encontrava-se em declínio e gerava turbulências políticas, agravados pelos embargos e corte da ajuda externa. Para complicar, em 1986 os negros *Maroons* da floresta iniciam uma guerrilha no interior, na fronteira com a Guiana Francesa (que durará até 1994). Neste contexto, o país desenvolve uma política externa mais agressiva, visando vencer o isolamento. Não possuindo conexões com o resto da América do Sul e sendo o único país de língua holandesa, o Suriname estava voltado para a Europa, que agora o boicotava. O Suriname, que já integrava a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, o SELA, a OEA, o Movimento dos Países Não-Alinhados, passou a ser membro associado do CARICOM.

Em 1987 a Assembléia Nacional (22 membros eleitos e 11 representantes dos sindicatos) promulgou uma nova constituição, institucionalizando a vida política do país. A Frente pela Democracia e o Desenvolvimento triunfou nas eleições de janeiro de 1988, com Remsewak Shnkar se tornando presidente. Em junho de 1989 ele assinou um acordo com a guerrilha, permitindo que ela permanecesse armada no interior. Mas isto não pôs fim à instabilidade, pois Bouterse, que era comandante do exército, ficou extremamente descontente com o acordo e, em dezembro de 1990, derrubou o governo, com a Assembléia nomeando Johan Kraag presidente provisório.

Os Estados Unidos e a Holanda acusaram Bouterse de estar envolvido no tráfico de drogas e ameaçaram invadir o país. Sem mais alternativas, nas eleições de maio deste ano, a Nova Frente, uma ampla coalizão de partidos civilistas e movimentos étnicos de oposição, venceu as eleições, levando Runald Ronaldo Venetiaan à presidência. Era o fim da Era Bouterse, embora não de sua influência.

#### **4. Os desafios da globalização e as relações com o Brasil**

Na Guiana, com a ascensão do governo Jagan, encerraram-se em 1992 quase três décadas de domínio do PNC. Na condição de um dos mais tradicionais políticos marxistas latino-americanos desde os anos 1950, ele surpreendeu a opinião pública ao permitir o

deslocamento de tropas norte-americanas pelo território guianense para treinamento em operações na selva. O Brasil temeu que as bases que os EUA possuíam no Panamá, e que deveriam ser fechadas, fossem transferidas para a Guiana. Segundo Jagan, as forças americanas estavam no país para combater o narcotráfico e ajudar a desenvolver o interior, onde as riquezas permaneciam quase intactas: ouro, bauxita, diamantes, madeira e solo agriculturável.

No campo econômico, Jagan seguiu as políticas do Fundo Monetário Internacional, propondo a economia de mercado para solucionar os problemas sócio-econômicos como a pobreza, que atingia 80% da população. As medidas liberais ortodoxas, destinadas a conter a inflação e o déficit geraram greves, protestos e ondas de violência. Enquanto isto, a influência dos barões da droga não cessava de crescer. Mas em 1997 Cheddi Jagan morre e sua esposa, Janet Jagan, é eleita para sucedê-lo, em meio a denúncias de fraude. Novas ondas de violência sacodem o país, com fortes contornos étnicos, pois o PPP era majoritariamente hindu, enquanto o PNC possuía bases entre os afro-descendentes.

A mediação do CARICOM promoveu um frágil pacto, pois Desmond Hoyte questionava o partido dominante. Em 1999 Janet Jagan renuncia “por motivos de saúde” e o ministro da Fazenda Bharrat Jagdeo, do partido governista PPP, foi nomeado presidente. Apesar de formado na antiga União Soviética, ele ocupou cargos em organismos financeiros internacionais e implementava políticas liberais desde 1995, como ministro da Fazenda. Em 2001 ele foi eleito presidente, sendo reeleito em 2006. Apesar da estabilidade macroeconômica e do crescimento logrados, os negros seguem sendo discriminados, o que gera inúmeros conflitos políticos. Ao mesmo tempo o crime organizado não cessa de crescer.

No Suriname, o presidente Runald Ronaldo Venetiaan, que assumiu em 1991, reduziu o orçamento de defesa em 50% e o efetivo do exército em 66%, como forma de eliminar as forças armadas como ator político desestabilizador. Da mesma forma, a guerra civil foi oficialmente encerrada em 1994, sob a mediação do Brasil, e o litígio com a Guiana e foi remetido às instâncias da ONU. Neste contexto, a cooperação com a Holanda foi retomada, bem como as relações com os Estados Unidos, nos campos da segurança, economia e diplomacia. No plano econômico o governo Venetiaan procedeu ao clássico ajuste estrutural neoliberal, que neste período foi mais ou menos universal (110 empresas para-estatais foram privatizadas). A derrubada da inflação e a relativa estabilidade macro-econômica, todavia, criaram uma situação social difícil, com o aumento da pobreza e ações de protesto, como a ocupação da represa de Afobakka.

Apesar de alguns momentos de tensão, pois os avanços sociais são lentos e Bouterse segue sendo um político importante, o Suriname logrou superar a instabilidade e os conflitos abertos da época anterior. Em 1996 Jules Wijdenbosch foi eleito presidente, tendo governado até o ano 2000, quando Venetiaan foi novamente eleito e reeleito em 2005, para um mandato que se encerra em 2010. O presidente pertence à Nova Frente pela Democracia e pelo Desenvolvimento, uma coalizão oposta aos militares. Mas os partidos se definem ainda, em grande parte, linhas étnicas, num contexto de fragmentação parlamentar. Em 2000 Bouterse foi condenado *in absentia* pelo Tribunal de Haia por tráfico de drogas, sendo expedido um mandado de prisão, o que o obriga a não se afastar do país.

Novas perspectivas estão se abrindo com a exploração de jazidas de ouro e o início da produção de petróleo e gás, especialmente *off-shore*, explorados pela dinamarquesa Mearkoil e pela norte-americana Occidental. As divisas estão auxiliando o país a iniciar o desenvolvimento de sua precária infra-estrutura. Já o ouro, é fonte de grandes problemas, pois a maioria da exploração é feita por imigrantes brasileiros ilegais, que hoje representam em torno de 10% da população. Obviamente o país tem problemas graves com o crime organizado e isto torna as coisas ainda mais complicadas. Em 1998 o Suriname passou a integrar o Banco Islâmico de Desenvolvimento.

Tanto a Guiana como o Suriname têm se aproximado do Brasil e feito certa inflexão em direção à integração Sul-Americana desde a Cúpula de Brasília em 2000, com ambos países participando a construção da CASA, a Comunidade Sul-Americana de Nações. O declínio das vantagens obtidas através dos Acordos de Lomé e a política de controle 100% nos aeroportos holandeses em relação aos cidadãos surinameses, tem reforçado a percepção de que uma aproximação com a América do Sul e, especialmente, com o Brasil, representam uma nova opção viável.

Os problemas residem na reduzida complementaridade econômica, baixo volume de comércio, falta de conexões de transporte (especialmente com o Suriname), dificuldades em relação à diversa composição étnico-cultural e linguística e, de certa forma, à presença ativa dos EUA na política de segurança e combate ao narcotráfico e delitos transnacionais, vinculada à ajudas específicas. É bem verdade que o Brasil começa a responder, através de diversos acordos na área econômica, de segurança (policial e militar), sanitária e cultural, educacional e científico-tecnológica. Todavia, há que incrementar o interesse e a divulgação das oportunidades de cooperação junto aos diversos atores brasileiros, guianenses e surinameses.

Os setores políticos daqueles países, favoráveis à cooperação com o Brasil, necessitam contar com o apoio de iniciativas concretas e de grande visibilidade, para contribuírem para voltar seus países para o sul. Por outro lado, os diferendos fronteiriços bilaterais e com a Venezuela e Guiana Francesa estão sendo encaminhados através dos mecanismos jurídicos adequados. Embora não se vislumbre uma solução de curto prazo, está excluída qualquer tensão nesta área, o que cria um clima favorável ao desenvolvimento e à cooperação regional, especialmente no tocante à dimensão amazônica, que pode ser também uma ferramenta útil para a aproximação. Enfim, precisamos conhecer e interagir mais intensamente com esta “outra América do Sul”, que representa um flanco importante para a integração, desenvolvimento e segurança do sub-continente.